



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: CODANORTE

Município: MONTES CLAROS/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	5
VI - RESULTADO DA DENÚNCIA	19
VII - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	20
VIII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	20
IX - CONCLUSÃO	20





I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Especial CODANORTE

Entidade Responsável: CODANORTE

CPF/CNPJ: 19.193.527/0001-08

Município/UF: MONTES CLAROS-MG

Unidade Visitada: CODANORTE

CPF/CNPJ: 19.193.527/0001-08

Município/UF: MONTES CLAROS/MG

Demandante: Cidadão

Forma: Direta

Objeto: Consórcio

Abrangência: 01/01/2021 a 30/09/2022

Gestão do Prestador: Desabilitado

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	01/07/2022	23/09/2022
Execução - In loco	26/09/2022	30/09/2022
Relatório	01/10/2022	31/10/2022

Tarefa Nº: 143671

Natureza da Entidade: Associação Pública

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

III - INTRODUÇÃO

1- Fator Desencadeante

Auditoria Especial do Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria - CEA/SUS-MG- Exercício de 2022, desencadeado em virtude de carta anônima que versa sobre possíveis irregularidades na utilização de recursos financeiros do SUS junto ao Consórcio Intermunicipal Multifinalitário para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas- CODANORTE.

2- Objetivo e Escopo :

Realizar Auditoria Especial no CODANORTE , tendo como objetivo apurar, na área temática da saúde, os fatos registrados em carta anônima datada de 22/04/2021, que traz em seu bojo denúncias que versam sobre possíveis irregularidades praticadas pelo Consórcio no período de 01/01/2021 a 30/09/2022, relacionadas ao uso, relacionadas ao uso dos recursos financeiros do SUS.

3- Caracterização do Objeto de Auditoria :

O CODANORTE foi criado em 2013, inicialmente pela associação de 34 Municípios. Conforme site do Consórcio (novembro de 2022) a missão da Entidade é promover a eficiência dos serviços públicos, oferecendo soluções eficazes para a gestão municipal e viabilizar o desenvolvimento sustentável regional.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Atualmente o CODANORTE possui 61 Municípios consorciados das regiões Norte, Central de Minas e Vale do Jequitinhonha. A população total das cidades consorciadas de acordo com o IBGE 2021 perfaz um total de 91.866 habitantes.

O CODANORTE conforme seu Estatuto é uma associação pública sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica. Trata-se de um Consórcio sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com duração por prazo indeterminado e com sede no Município de Montes Claros.

Atua nas seguintes áreas técnicas : assistência social, meio ambiente, saúde, cultura, urbanismo, esporte e educação. Em relação à saúde, o Consórcio oferece : elaboração de diagnóstico no âmbito das políticas públicas de saúde, acompanhamento e orientação quanto a execução financeira dos recursos do SUS, apoio técnico na elaboração do Plano Municipal de Saúde (PMS), Programação Anual de Saúde (PMS) e Relatório Anual de Gestão (RAG), além de intermediar a oferta de consultas especializadas e exames de apoio diagnóstico para os Municípios associados.

IV - METODOLOGIA

Fase Analítica

Para subsidiar a fase operativa foram analisados:

- Documentos , do período de 01 de janeiro de 2021 a 30 de setembro de 2022, solicitados e enviados via e-mail pelo auditado; tais como : Editais publicados pelo CODANORTE para contratação de serviços de saúde para os entes consorciados, - Contratos celebrados entre a CODANORTE e as empresas contratadas no período de abrangência da auditoria, para prestação de serviços de saúde aos entes consorciados, - Contratos de Programa celebrados entre o CODANORTE e os entes consorciados para prestação de serviços de saúde, - Relatório de Receitas de Pagamento de Assessorias pelos entes Consorciados ao CODANORTE. - Relatório de Receitas de Pagamento de Consultas, Exames e Procedimentos pelos entes Consorciados ao CODANORTE,- Relatório de Receitas de Pagamento de Rateio pelos entes Consorciados ao CODANORTE.
- Documentos como : Estatuto do Consórcio, Termo Aditivo do Estatuto e Protocolo de Intenções dos Municípios associados, colhidos no site da CODANORTE no link denominado : INSTITUCIONAL;
- Documentos como : Descritivo dos serviços prestados na área da saúde, colhido no site da CODANORTE no link denominado : ÁREA TÉCNICA ;
- Documentos como : Licitações Públicas e Balancetes de Rateio, colhido no site da CODANORTE no link denominado : TRANSPARÊNCIA
- Sítios Eletrônicos do CODANORTE (<http://www.codanorte.mg.gov.br>) e do CISONORTE (<http://cisonorte.com.br>).
- Lista de Procedimentos Licitatórios do CISONORTE para contratação de serviços de saúde para os entes consorciados e Editais publicados pelo CISONORTE para contratação de serviços de saúde para os entes consorciados fornecidos pelo CISONORTE por e-mail.
- Questionários e documentação complementar obtidos por meio de confirmação externa junto a alguns municípios consorciados ao CODANORTE.

Fase Operativa

No dia 25/10/2022 às 8:30 horas , a equipe de auditores se apresentou no CODANORTE, sendo recebidos na sede da Entidade, pelo Presidente do Consórcio, E.R.F e o Secretário Executivo do Consórcio, E.F.S, neste momento procedeu-se a reunião de abertura , onde foi explicada a origem e evolução dos Trabalhos de Auditoria.A equipe de auditores aproveitou a oportunidade para realizar a entrevista inicial, para elucidar algumas dúvidas e solicitar alguns esclarecimentos necessários, uma vez que alguns documentos já haviam sido enviados via e-mail anteriormente.Também aproveitou-se o momento para elaborar o termo de Auditoria e colher a assinatura do Presidente do Consórcio.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



À partir daí a equipe de auditores passou a analisar documentos relativos ao período compreendido entre 01/01/2021 a 30/09/2022 como : procedimentos licitatórios, foi tomado alguns termos de entrevistas com profissionais específicos do CODANORTE, para melhor esclarecimento do processo de trabalho do Consórcio, além de outros procedimentos *in loco*.

No dia 27/10/2022 os auditores reuniram-se com a Sra. N.P.S., Procuradora do Consórcio e representante legal em substituição ao Srº. E.R.F., presidente da CODANORTE, que estava em viagem à serviço, para finalização dos trabalhos operativos, onde foi ratificado os desdobramentos futuros do Processo de Auditoria.

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Consórcio

Constatação Nº: 658296

Subgrupo: Municipal

Item: Organização

Constatação: O CODANORTE não executa atribuições de natureza exclusiva da Gestão Municipal de seus entes Consorciados.

Evidência: Em auditoria, não se evidenciou que o CODANORTE assuma atribuições exclusivas e específicas da gestão municipal de seus entes consorciados, seja na atenção básica ou média/alta complexidade.

Conforme o aparato legal determina, os municípios podem estabelecer consórcio para execução de ações e serviços de saúde, obedecidos os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS e, para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo e realizar licitações compartilhadas, das quais possam redundar em celebração de contratos para os entes consorciados.

O CODANORTE foi instituído com o protocolo de intenções em 2013 como uma Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, com fins não lucrativos, autonomia administrativa e financeira, com prazo indeterminado, sendo constituído por 60 (sessenta) municípios no ano de 2022. Sua vocação principal, conforme registrado no Estatuto e no Protocolo de Intenções é voltado mais para a área de desenvolvimento ambiental sustentável, mas como sua constituição se deu como associação pública multifinalitária e, decorrente da percepção de demandas em saúde, intencionou, a partir de 2021, ações no sentido de propiciar serviços na área da saúde aos seus entes consorciados, realizando processos licitatórios para: 1 - credenciamento de empresas para prestação de serviços de consultas, procedimentos médicos e exames de baixa, média e alta complexidade e 2 - Credenciamento de empresas para prestação de serviços de assessoria e consultoria na gestão da atenção primária da saúde.

Após homologação do resultado dos certames, o CODANORTE celebrou contratos com os prestadores vencedores dos procedimentos supracitados e de forma subsequente, promoveu junto aos municípios interessados a efetivação de contratos de programa a fim de formalizar a prestação dos serviços aos entes consorciados:

1 - Para a prestação de serviços de consultas, procedimentos médicos e exames, apenas os municípios de Botumirim, Francisco Sá e Buenópolis aderiram e firmaram contrato de programa nos anos de 2021 e 2022 e se referem a procedimentos de média/alta complexidade.

2 - Para a prestação de serviços de assessoria e consultoria na gestão da atenção primária da saúde os seguinte municípios aderiram e formalizaram contrato de programa nos anos de 2021 e 2022: Botumirim, Cônego Marinho, Francisco Dumont, Icarai de Minas, Pedras de Maria da Cruz e Ubaí. Para o ano de 2022 também aderiram e formalizaram contrato de programa: Mirabela e Patis.

Ressalta-se que em ambos os processos, não se evidenciou que O CODANORTE tenha mesmo que de forma incipiente e



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



superficial, assumido a execução de atribuições de natureza exclusiva da Gestão Municipal de seus entes Consorciados.

No que tange aos serviços de assessoria e consultoria, as entidades contratadas pelo CODANORTE realizam os serviços de forma presencial nos municípios com carga horária de 08 (oito) horas semanais e 32 (trinta e duas) horas semanais em disponibilidade remota via mídias sociais, telefone, e-mail e outros meios de contato.

Tal fato está de acordo com o disposto na Lei 8080/90 - art. 9º - Inc III, art. 10 Caput e § 1º e art. 18 - Inc. VII; Lei 8142/90 - art. 3º - § 3º; Lei 8666/1993 - Art. 112 - § 1º, Lei 11107/2005 - Art. 2º § 1º, Decreto Federal nº 6017/2007 - art. 3º Caput e § 2º e art. 20, Portaria de Consolidação do SUS nº 02/2007 - Art. 10 - Incs I e XIV e Portaria de Consolidação do SUS nº 06/2007 - Art. 5º - Parágrafo único - Inc. V.

Fonte da Evidência: - Estatuto Social do CODANORTE

- Protocolo de Intenções do CODANORTE
- Contratos de Rateio do CODANORTE com os entes consorciados
- Editais publicados pelo CODANORTE para contratação de serviços de saúde para os entes consorciados no período de abrangência da auditoria.
- Contratos Celebrados entre o CODANORTE e as empresas contratadas no período de abrangência da auditoria, para prestação de serviços de saúde aos entes consorciados
- Contratos de Programa celebrados entre o CODANORTE e os entes consorciados para prestação de serviços de saúde.
- Relatório de Receitas de Pagamento de Assessorias pelos entes Consorciados ao CODANORTE.
- Relatório de Receitas de Pagamento de Consultas, Exames e Procedimentos pelos entes Consorciados ao CODANORTE.
- Relatório de Receitas de Pagamento de Rateio pelos entes Consorciados ao CODANORTE.
- Termo de Entrevista da Sra. I. R. M. Gerente do setor de licitações, compras e contabilidade do CODANORTE, tomado em 27/10/2022.
- Termo de Entrevista da Sra. S.S.F., prestadora de serviços para o CODANORTE na área de Assessoria Técnica em Saúde via Credenciamento de Pessoa Jurídica, tomado em 26/10/2022.
- Portal da Transparência dos Municípios: Botumirim, Buenópolis, Cônego Marinho, Francisco Dumont, Francisco Sá, Icarai de Minas, Mirabela, Patis, Pedras de Maria da Cruz e Ubaí.

Conformidade: Conforme

Justificativa: O Auditado por meio de e-mail eletrônico encaminhou documento denominado: RESPOSTA AO OFÍCIO SES/AUDSUS nº 420/2023, datado de 14/09/2023, assinado digitalmente pela Sra. N.P.S. - Procuradora Jurídica - representante do CODANORTE - se manifestou da seguinte forma:

Antes de entrar no mérito das não conformidades, gostaríamos de destacar a primeira constatação, de nº 658296 à página 4 do relatório que diz:

Constatação: O CODANORTE NÃO Executa atribuições de natureza exclusiva da Gestão Municipal dos seus entes consorciados. Evidência: Em auditoria, não se evidenciou que o CODANORTE assuma atribuições exclusivas e específicas de gestão municipal de seus entes consorciados, seja na atenção básica ou média/alta complexidade.

Na mesma constatação a equipe de auditoria relata que os Municípios tem amparo legal para estabelecer consórcios para execução de ações e serviços de saúde, podendo firmar convênios, contratos, acordo de qualquer natureza e ainda realizar licitações compartilhadas, entre outras funções; Relata finalmente que em 2021 ao perceber demandas na área de saúde, realizou processo licitatório para credenciamento de empresas para prestação de serviços de : Consultas, procedimentos médicos e exames de baixa, média e alta complexidade e ainda para prestação de serviços de assessoria e consultoria na gestão da atenção primária da saúde, vejamos e, decorrente da percepção de demandas em saúde, intencionou, a partir de 2021, ações no sentido de propiciar serviços na área de saúde aos seus entes consorciados, realizando processos licitatórios para: 1- credenciamento de empresas para prestação de serviços de : Consultas, procedimentos médicos e exames de baixa, média e alta complexidade e 2 - Credenciamento de empresas para prestação de serviços de assessoria e consultoria na gestão da atenção primária da saúde. Grifo nosso.

Dos resultados desses processos licitatórios os Municípios de Botumirim, Francisco Sá e Buenópolis contrataram os



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



serviços de consultas, procedimentos médicos e exames. Enquanto que para os serviços de assessoria e consultoria a contratação foi dos Municípios de Botumirim, Cônego Marinho, Francisco Dumont, Icarai de Minas, Pedra de Maria da Cruz, Ubai, Maribela e Patis.

Agora o que devemos prestar bastante atenção é a constatação da equipe de auditoria, que mesmo de forma incipiente e superficial o CODANORTE não assumiu a execução de atribuições de natureza exclusiva da Gestão Municipal de seus entes consorciados, vejamos a página 5 do relatório:

Ressalta-se que em ambos os processos, não evidenciou que o CODANORTE tenha mesmo de forma incipiente e superficial, assumido a execução de atribuições de natureza exclusiva da Gestão Municipal de seus entes Consorciados. O embasamento para tal conclusão também relatada pela equipe às folhas 5, foram as leis 8080/90, 8142/90, 8666/93, 11107/2005 o decreto federal 601/207, as portarias SUS 02/2007 e 06/2007, vejamos:

Tal fato está de acordo com o disposto na Lei 8080/90 - art. 9º Inc III, art. 10 caput e § 1º e art. 18 - inc. VII; Lei 8142/90 - art. 3º - § 3º; Lei 8666/93- art.112-§ 1º, Lei 11107/2005 - art. 2º § 1º, Decreto Federal 601/207- art. 3º Caput e § 2º e art. 20, portaria de Consolidação do SUS 02/2007 - art. 10- incs I a XIV e portaria de Consolidação do SUS 06/2007- art. 5º parágrafo único - inc.V.

Considerando o já exposto, poderíamos encerrar aqui o procedimento, vez que, os apontamentos de não conformidades, todos foram embasados na legislação acima mencionada, que trata na sua maioria da execução dos serviços e ações da saúde, que são de natureza exclusiva do Município, e que o CODANORTE nem de forma superficial exerceu essa atividade.

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1 - Preliminarmente, para que não paire nenhuma dúvida, a Equipe constatou que no período analisado da Auditoria não existem evidências que o CODANORTE tenha executado atribuições de natureza exclusiva da Gestão Municipal dos seus entes consorciados, ratificando a conformidade da constatação 658296, conforme dispõe o arcabouço legal do SUS.

No entanto, com intuito de consubstanciar a defesa em relação às constatações não conformes subsequentes no Relatório de Auditoria, o auditado aduz que, por não assumir tais atribuições, este fato jurídico per si já seria suficiente para demonstrar a assertividade das não conformidades subsequentes evidenciadas.

Tal tese não merece prosperar, como ficará demonstrado em cada constatação específica, mas em um preâmbulo podemos introduzir que não se coaduna o fato da não assunção de atribuições específicas e exclusivas da gestão municipal com a necessidade de adequação dos atos e das ações inerentes ao ordenamento jurídico, que deve ser observado pelo Auditado, sendo entidade que recebe recursos do SUS.

Portanto, não nos parece exequível justificar as não conformidades pelo mero demonstrar que o CODANORTE não assumiu tais atribuições conforme explanado anteriormente.

Grupo: Consórcio

Constatação Nº: 658297

Subgrupo: Municipal

Item: Organização

Constatação: O CODANORTE não realizou a contratação de serviços de saúde em duplicidade com os entes consorciados, notadamente no que tange a serviços de assessoria e consultoria técnica na área da saúde.

Evidência: Em auditoria, não se evidenciou que o CODANORTE realizou em duplicidade com os entes consorciados a contratação de serviços de saúde, notadamente no que tange a serviços de assessoria e consultoria técnica.

O CODANORTE realizou no ano de 2021 o procedimento licitatório nº 022/2021 - Edital 007/2021 - Inexigibilidade 003/2021 e no ano de 2022 o procedimento licitatório nº 055/2022 - Edital 037/2022 - Inexigibilidade 002/2022, visando, entre outros objetos, o credenciamento de pessoas jurídicas para integrar cadastro de prestadores de serviços técnicos especializados na prestação de serviços de assessoria e consultoria na gestão da atenção primária da saúde para atender aos municípios consorciados ao CODANORTE.



Após homologação dos resultados dos certames, o CODANORTE celebrou contratos com os prestadores vencedores dos procedimentos supracitados e de forma subsequente, promoveu junto aos municípios interessados a efetivação de contratos de programa a fim de formalizar a prestação dos serviços aos entes consorciados:

Os seguintes municípios celebraram contratos de programa com o CODANORTE para a prestação de serviços de assessoria e consultoria na gestão da atenção primária da saúde:

- Nos anos de 2021 e 2022: Botumirim, Cônego Marinho, Francisco Dumont, Icarai de Minas, Pedras de Maria da Cruz e Ubaí.

- No ano de 2022 os municípios de Mirabela e Patis também aderiram e formalizaram contrato de programa para a prestação de serviço de assessoria e consultoria.

Em contato com os municípios supracitados, indagação por meio de questionário (confirmação externa), bem como análise dos portais de transparência, não se evidenciou a duplicidade com os entes consorciados na contratação de serviços de assessoria e consultoria na gestão da atenção primária da saúde.

Foram pesquisados e analisados nos portais de transparência dos municípios que formalizaram contratos de programa com o CODANORTE nos anos de 2021 e 2022 e não se evidenciou a contratação de forma específica pelos municípios de prestação de serviços de assessoria e consultoria na gestão da atenção primária da saúde que pudessem se configurar em duplicidade com os contratados junto ao CODANORTE.

Tal fato está de acordo com Constituição Federal 1988 - Art. 37 Caput; Lei 8080/90 - Art. 7º caput e Inc. XIII; Lei 14133/2021 - Art. 169 - § 1º; Decreto Federal nº 6017/2007 - art. 3º Caput e § 2º e art. 20 e Lei 11.107/2005 - Art. 1º § 3º.

Fonte da Evidência: - Estatuto Social do CODANORTE.

- Contratos de Rateio do CODANORTE com os entes consorciados.
- Editais publicados pelo CODANORTE para contratação de serviços de saúde para os entes consorciados no período de abrangência da auditoria.
- Contratos Celebrados entre o CODANORTE e as empresas contratadas no período de abrangência da auditoria, para prestação de serviços de saúde aos entes consorciados.
- Contratos de Programa celebrados entre o CODANORTE e os entes consorciados para prestação de serviços de saúde.
- Relatório de Receitas de Pagamento de Assessorias pelos entes Consorciados ao CODANORTE.
- Relatório de Receitas de Pagamento de Rateio pelos entes Consorciados ao CODANORTE.
- Questionário e Documentação encaminhada pelos municípios: Bocaiuva, Botumirim, Fruta de Leita, Francisco Dumont, Jaíba, Joquim Felício, Mirabela.
- Portal da Transparência dos Municípios: Botumirim, Buenópolis, Cônego Marinho, Francisco Dumont, Francisco Sá, Icarai de Minas, Mirabela, Patis, Pedras de Maria da Cruz e Ubaí acessados nas datas: 04/10/2022, 05/10/2022, 11/10/2022, 18/10/2022, 19/10/2022 e 21/10/2022.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 659894

Subgrupo: Licitação

Item: Procedimento

Constatação: O Processo Licitatório nº 022/2021 proveniente da Inexigibilidade nº 003/2021 adotado pelo CODANORTE se encontra em conformidade com a legislação vigente.

Evidência: Avaliando os documentos apresentados pelo CODANORTE evidenciou-se que no Diário Oficial Eletrônico de Minas Gerais de 25/03/2021, no caderno 2, consta publicação de Edital do processo Licitatório Nº 022/2020 Inexigibilidade Nº 003/2021 referente ao credenciamento de pessoas jurídicas para integrar o cadastro de prestadores de serviços técnicos especializados na prestação de serviços de assessoria e consultoria na gestão da atenção primária à saúde para atender os Municípios consorciados. Verifica-se também que a escolha da modalidade de Inexigibilidade de Licitação :



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



credenciamento publico, se deu a partir do caput do art.25 da Lei Nº 8.666/93, que esclarece que é inexigível a licitação quando houver a inviabilidade de competição.

A publicação informa que o credenciamento ocorrerá entre 26/03/2021 a 25/04/2021 de 9 horas as 12 horas e de 14 horas as 17 horas e que o julgamento ocorrerá dia 26/04/2021 as 9 horas. Avaliando o processo licitatório apurou-se que estava explicito que as empresas contratadas deveriam contemplar todos os custos relativos às despesas de prestação dos serviços, que deveriam realizar os serviços de forma presencial nos municípios com carga horária de 08 (oito) horas semanais e 32 (trinta e duas) horas semanais em disponibilidade remota via mídias sociais, telefone, e-mail e outros meios de contato. Constatou-se que houve cotação de preço de mercado para definição de valor de referência do serviço e que o edital apontava os serviços que as empresas deveriam prestar e também os valores estimados de pagamento às empresas pela prestação de serviços : R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) por mês, que os serviços deveriam ser iniciados no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviços e que o prazo de vigência do contrato era de 12 (doze) meses, contados da assinatura. O documento também esclarece as formas de rescisão contratual, as responsabilidades e obrigações do credenciante e da contratada, bem como estabelece que o pagamento pelos serviços será efetuado mensalmente, de acordo com a execução dos mesmos, sendo efetivado 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal. Que os pagamentos serão originários dos recursos do CODANORTE, conta corrente: 5944-7 agência: 8062-4 banco do Brasil, provenientes dos repasses financeiros dos Municípios que aderiram ao programa.

Apurou-se que os municípios consorciados que em 2021 aderiram e formalizaram contrato programa para assessoria e consultoria na gestão da atenção primária foram os seguintes: Botumirim, Cônego Marinho, Francisco Dumont, Icarai de Minas, Pedras de Maria da Cruz e Ubaí. Cumpriram as exigências para habilitação e foram credenciadas para a prestação do serviço: 07 (sete) empresas de assessoria e consultoria.

Portanto, concluímos que o Processo Licitatório nº 022/2021 proveniente da Inexigibilidade nº 003/2021 adotado pelo CODANORTE se encontra em conformidade com o art.26 combinado com o artigo 27 e art.112 § 1º da Lei Nº 8.666/1993, art.2º § 1º combinado com o art.6º § 2º da Lei Nº 11.107/2005.

Fonte da Evidência: - Procedimento Licitatório nº 022/2021, - Edital do Diário Oficial Eletrônico de Minas Gerais de 25/03/2021, caderno 2 - Contratos de Programa celebrados entre o CODANORTE e os entes consorciados para prestação de serviços de assessoria e consultoria na gestão da atenção primária à saúde - Relatório de Receitas de Pagamento de Assessorias pelos entes Consorciados ao CODANORTE.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 659907

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: Os Contratos referentes ao credenciamento Nº 002/2021 firmado pela CODANORTE com as empresas prestadoras de serviço encontram-se em conformidade com a legislação vigente.

Evidência: Avaliando a documentação apresentada pelo CODANORTE evidenciou-se que relacionados ao Processo Licitatório nº 022/2021, credenciamento nº 02/21 de empresas para prestação de serviços para assessoria de atenção básica em saúde aos municípios consorciados que aderiram ao programa no período de abrangência da auditoria, ocorreram os seguintes contratos :

- Contrato nº 54/2021 com a empresa G.A.M., CNPJ : XX.852.392/0001-XX
- Contrato nº 56/2021 com a empresa I.A.P.C., CNPJ : XX.550.200/0001-XX
- Contrato nº 59/2021 com a empresa M.C.L , CNPJ : XX.767.800/0001-XX
- Contrato nº 62/2021 com a empresa O.B.B.V., CNPJ : XX.974.812/0001-XX
- Contrato nº 65/2021 com a empresa R.C.P., CNPJ: XX.558.824/0001-XX
- Contrato nº 66/2021 com a empresa S.A.S., CNPJ: XX.598.805/0001-XX
- Contrato nº 67/20221 com a empresa W.P.A., CNPJ : XX.204.445/0001-XX

Verificou-se que esses contratos contém identificação das partes, objeto do contrato, obrigações do contratado e do contratante, valor do serviço e as condições de pagamento, prazo de vigência e informações sobre rescisão, multa e



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



descumprimento de cláusula, portanto, encontram-se em conformidade com a Lei Nº 8.666/93, art. 54, art.55 combinado com o art.112,§ 1º, Lei Nº 11.107/2005, art.2º, § 1º e Decreto Federal Nº6017/2007, art.3º, caput e § 2º e art.20.

Fonte da Evidência: - Contrato nº 54/2021 com a empresa G.A.M., CNPJ : XX.852.392/0001-XX
- Contrato nº 56/2021 com a empresa I.A.P.C., CNPJ : XX.550.200/0001-XX
- Contrato nº 59/2021 com a empresa M.C.L , CNPJ : XX.767.800/0001-XX
- Contrato nº 62/2021 com a empresa O.B.B.V., CNPJ : XX.974.812/0001-XX
- Contrato nº 65/2021 com a empresa R.C.P., CNPJ: XX.558.824/0001-XX
- Contrato nº 66/2021 com a empresa S.A.S., CNPJ: XX.598.805/0001-XX
- Contrato nº 67/2021 com a empresa W.P.A., CNPJ : XX.204.445/0001-XX

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 660343

Subgrupo: Contrato

Item: Pagamento

Constatação: Irregularidade na forma dos pagamentos referentes ao Credenciamento Nº002/2021 firmado pelo CODANORTE e as empresas prestadoras de serviço de assessoria em saúde aos Municípios.

Evidência: Avaliando a documentação apresentada pela CODANORTE corroborada por declaração através de entrevista da funcionária, I.R.M. que cumpre a função de elaborar e acompanhar procedimentos relacionados às licitações, compras e contabilidade, evidenciamos que os recursos financeiros que compuseram o caixa do Consórcio no ano de 2021 foram provenientes dos seguintes créditos : - créditos mensais no valor unitário de R\$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais) mensais por Município consorciado, sendo que estes valores são creditados na conta corrente : 40051-3, agência : 8062-4, Banco do Brasil referente ao custeio geral provenientes do contrato de rateio e é deste montante que são realizados os pagamentos das despesas de custeio do Consórcio como água, energia, aluguel, funcionários e outros e - créditos mensais no valor unitário de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais) por Município creditado na conta corrente : 5944-7, agência : 8062-4, Banco do Brasil referente aos contratos de programa, sendo que só os Municípios consorciados que optam por aderir aquele programa é que realizam esse crédito mensal. Esses programas são relacionados à engenharia, assessoria jurídica, licitações compartilhadas. Sendo que o montante referente a esses créditos são utilizados para viabilizar a implantação dos programas. À partir desse crédito foi constituída uma conta corrente : 9.062-X, agência 8062-4, Banco do Brasil para realizar os pagamentos das empresas prestadoras de serviços de assessorias para os municípios consorciados, sejam essas assessorias na área da saúde, assistência social, educação, planejamento, ambiental e outros.

Avaliando os processos de pagamento formalizados pelo CODANORTE para as empresas credenciadas em 2021 para prestação de serviço de assessoria em saúde aos Municípios, verificou-se que as mesmas foram pagas com recursos financeiros provenientes da conta corrente : 9062-X, agência : 8062-4, Banco do Brasil, ou seja, não foi constituída uma conta corrente especial para movimentação dos recursos financeiros provenientes de receitas da saúde e a partir dela realizar seus pagamentos.

Constatação em desconformidade com o que prevê a Lei Nº 8080/1990, art.33 e com a Lei nº 11.107/2005, art.1º, § 3º.

Fonte da Evidência: - Termo de Entrevista da funcionária : I.R.M. responsável pelo acompanhamento de processos relacionados as licitações, compras e contabilidade financeira do CODANORTE em 27/10/2022.

- Processo de Pagamentos referente as seguintes Notas de Empenho (NE) : Nº 422/2021 de 28/07/2021, Nº 462/2021 de 28/07/2021, Nº 463/2021 de 02/08/2021, Nº 464/2021 de 04/08/2021, Nº 511 de 31/08/2021, Nº 575/2021 de 01/09/2021, Nº 577/2021 de 01/09/2021, Nº 422-01/2021 de 29/09/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: O auditado por meio de e-mail eletrônico encaminhou documento denominado RESPOSTA AO OFÍCIO SES/AUDSUS nº 420/2023 datado de 14/08/2023 assinado digitalmente pela Sra. N.P.S, procuradora jurídica, representante do CODANORTE, que se manifestou da seguinte forma : "A dicção do artigo 33 da Lei 8080/1990 deixa claro que os recursos do SUS devem ser depositados em conta especial do ENTE, no caso do Município e movimentado sob a fiscalização do Conselho de Saúde e já o § 3º do art.1º da Lei Federal nº 1107/2005, relata que os os consórcios públicos podem receber concessões, permissões ou autorização de obras e serviços. Como ficou evidenciado nas considerações iniciais, a



auditoria já constatou que o CODANORTE não assumiu a execução de atribuições de natureza exclusiva da Gestão Municipal de seus entes consorciados, e sim foi contratado mediante processo próprio para prestação de serviços, que após a execução e devido processo legal contábil foi remunerado. Vejamos a página 5 do relatório : "Ressalta-se que em ambos os processos, não evidenciou-se que o CODANORTE tenha mesmo de forma incipiente e superficial, assumido a execução de atribuições de natureza exclusiva da Gestão Municipal de seus entes Consorciados. Se a CODANORTE para exercer a função típica de Gestão Municipal, não estará sujeito à abertura de conta especial para movimentação de recursos provenientes das receitas do SUS.

Deixamos claro que o Município contratante do CODANORTE é que tem a obrigação de abrir conta específica para os recursos financeiros do SUS e movimentá-las sob fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde, e que provavelmente tenha sido dessas contas específicas que o Município efetuou os pagamentos pelos serviços prestados pelo CODANORTE.

Ressaltamos que, embora os serviços prestados aos Municípios por terceiros, os contratos foram formalizados com o CODANORTE com base em contratos programa.

Assim, "data venia", deixamos claro que o CODANORTE não descumpriu nenhuma legislação e portanto não está sujeito a qualquer penalidade, ainda que seja de Advertência.

- A pessoa física responsabilizável, E.R.F., não se manifestou em relação ao relatório preliminar de auditoria.

Análise da Justificativa: - Analisando a manifestação da pessoa jurídica, CODANORTE, a equipe concluiu que a justificativa do auditado baseia-se na alegação de que não tem a obrigação de "abrir conta específica para os recursos financeiros do SUS e de movimentá-las sob fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde" e que essa obrigação é do município contratante. Alega ainda que a própria auditoria "já constatou que o CODANORTE não assumiu a execução de atribuições de natureza exclusiva da Gestão Municipal de seus entes consorciados". E, por fim, a defesa do CODANORTE conclui que, não exercendo a função típica de gestão municipal, não estaria sujeito a cumprir o disposto no caput do art.33 da Lei nº 8.080/1990.

Cabe, contudo, esclarecer que, ao constatar que o CODANORTE não executa atribuições de natureza exclusiva da gestão municipal (constatação nº 658296), o relatório de auditoria está apenas indicando que o CODANORTE não invadiu competência exclusiva do ente municipal. Se assim, o fizesse a constatação nº 658296 também seria não conforme. Ademais, competência exclusiva é diferente de competência típica - coincidência de conceitos que a defesa sugeriu, mas que não pode sustentar. Não por menos, o protocolo de intenções, que é requisito para constituição do consórcio público (vide Lei nº 11.107/2005, art.3º), deve constar "autorização para a gestão associada de serviços públicos", explicitando, dentre outros pontos, "as competências cujo exercício se transferiu ao consórcio público" (vide Lei nº 11.107/2005, art.4º, XI, "a"). Vê-se, portanto, que os entes consorciados transferem parcela de competências ao consórcio público.

Além disso, cabe ainda reforçar que a obrigação de manter conta especial para depósito de recursos do SUS, com movimentação sob fiscalização dos Conselhos de Saúde (vide Lei nº 8080/1990, art.33, caput) decorre da própria Lei nº 11.107/2005 que, ao dispor sobre as normas gerais de contratação de consórcios públicos, determinou que "os consórcios públicos na área de saúde, deverão obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde- SUS (vide Lei nº 11.107/2005, art.1º, XI, § 3º).

Assim, considerando-se que o CODANORTE recebe/recebeu recursos públicos do SUS dos seus entes consorciados, para efetivar pagamentos de prestação de serviços para saúde, deveria ter conta específica para movimentar esses recursos, que não deverão e não poderão ser movimentados juntamente com recursos de outras áreas de atuação do Consórcio.

Por fim, analisando a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentados elementos suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
CODANORTE	19.193.527/0001-08

Recomendação: Movimentar os recursos oriundos do SUS e realizar os pagamentos relacionados aos processos de credenciamento que tenham como finalidade ações de saúde através de conta especial para facilitar e permitir a avaliação e fiscalização dos órgãos de controle, conforme prevê a Lei Nº 8080/1990, art.33 combinada com a Lei Nº 11.707/2005, art.1º, § 3º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
CODANORTE	19 193.527/0001-08

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 667772

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: O Contrato referente ao Processo Licitatório Nº 008/2021, Dispensa Nº 007/2021 firmado pela CODANORTE com a empresa prestadora de serviço encontra-se em conformidade com a legislação vigente.

Evidência: Avaliando a documentação apresentada pelo CODANORTE evidenciou-se que decorrente do Processo Licitatório Nº 008/2021, Dispensa Nº 007/2021 que teve como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de Assessoria Técnica em Saúde junto às Secretarias Municipais de Saúde e aos programas da Atenção Primária a Saúde, média e alta complexidade e gestão do SUS dos Municípios associados ao CODANORTE, celebrou-se o contrato Nº 007/2021.

O contrato Nº 007/2021 contém identificação das partes, objeto do contrato, obrigações do contratado e do contratante, valor do serviço e as condições de pagamento, prazo de vigência e informações sobre rescisão, multa e descumprimento de cláusula, portanto, encontra-se em conformidade com a Lei Nº 8.666/93, art. 54, art.55 combinado com o art.112,§ 1º, Lei Nº 11.107/2005, art.2º, § 1º e Decreto Federal Nº6017/2007, art.3º, caput e § 2º e art.20.

Fonte da Evidência: - Contrato Nº 007/2021 de 08/02/2021 com a Empresa, S.S.F. inscrita no CNPJ sob nº 33.876.XXX/0001-XX.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 660331

Subgrupo: Licitação

Item: Procedimento

Constatação: O Procedimento Licitatório nº 008/2021 proveniente da Modalidade de Dispensa nº 007/2021 adotado pelo CODANORTE se encontra em conformidade com a legislação vigente.

Evidência: Avaliando os documentos apresentados pelo CODANORTE evidenciou-se que no Quadro de avisos e site da CODANORTE em 08/02/2021 constou publicação de Edital do Processo Licitatório Nº 008/2021 - Dispensa Nº 007/2021 referente a contratação de pessoa jurídica para prestação de assessoria técnica em saúde junto às Secretarias Municipais de Saúde visando atender as necessidades dos Municípios consorciados relativo aos Programas de Atenção Primária a Saúde, Média e Alta complexidade e Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). Apurou-se que o fundamento utilizado para o Consórcio identificar a Dispensa como modalidade licitatória foi o inciso II, do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, ou seja, foi o valor do certame, que foi de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) inferior ao valor máximo de R\$ 35.200,00 (Trinta e cinco mil e duzentos reais) para contratação direta pelo Consórcio.

Verificando o processo licitatório apurou-se que estava explícito que cabia a empresa vencedora do certame, prestar assessoria de todos os programas ligados à área da saúde como : elaborar diagnóstico no âmbito das políticas públicas de



saúde para análise da situação de saúde municipal, acompanhar e orientar os municípios quanto aos Programas de Saúde Pública, acompanhar e orientar quanto a execução financeira de recurso do SUS, acompanhar nos sistemas as propostas e projetos junto ao Ministério da Saúde, Fundo Nacional de Saúde e Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, visando a transferência de recursos financeiros da União e do Estado de Minas Gerais mediante convênios, prestação de contas, contratos de repasses, termos de responsabilidade e instrumentos similares, apoiar tecnicamente os Municípios na elaboração de Planos Municipais de Saúde - PMS, Programação Anual de Saúde - PAS e Relatório Anual de Gestão - RAG, apoiar tecnicamente os Municípios na elaboração e execução de processos licitatórios na área da saúde, visando a redução de custos e otimização dos recursos, auxiliar na elaboração de projetos técnicos para captação de recursos financeiros destinados a implantação de novos serviços e ou ampliação dos serviços existentes na rede consorciada e treinar e capacitar os profissionais das equipes de saúde da família, agentes comunitários de saúde, gerentes de unidades de saúde em gestão de saúde e ainda ministrar oficinas e capacitações para os Conselhos Municipais de Saúde.

Estava claro também, que a empresa contratada deveria realizar o serviço de forma presencial com carga horária de 06 (seis) horas dia e 30 horas semanais no CODANORTE e que o Consórcio é o responsável pela disponibilidade de local e de toda a estrutura necessária para a prestação dos serviços.

Constatou-se que o edital apontava o valor estimado de pagamento à empresa contemplada para a prestação de serviços : R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais) por mês, perfazendo um total de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) por ano, e que os serviços deveriam ser iniciados no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço e que o prazo de vigência do contrato era de 12 (doze) meses, contados da assinatura. O documento também esclarece as formas de rescisão contratual, as responsabilidades e obrigações do credenciante e da contratada, bem como estabelece que o pagamento pelos serviços será efetuado mensalmente, de acordo com a execução dos mesmos, sendo efetivado 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal. Que os pagamentos serão originários dos recursos do CODANORTE, conta corrente: 5944-7 agência: 8062-4, banco do Brasil, provenientes dos repasses financeiros dos Municípios.

Portanto, concluímos que o Processo Licitatório nº 008/2021 proveniente da Modalidade de Dispensa nº 007/2021 adotado pelo CODANORTE se encontra regular e em conformidade com o art.26 combinado com o artigo 27 e art.112 § 1º da Lei nº 8.666/1993, art.2º § 1º combinado com o art.6º § 2º da Lei nº 11.107/2005.

Fonte da Evidência: - Procedimento Licitatório nº008/2021, - Publicação de Quadro de Avisos da CODANORTE de 08/02/2021 - Relatório de Receitas de Pagamento de Assessorias pelos entes Consorciados ao CODANORTE.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 661817

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: Irregularidade na execução do contrato nº 007/2021 referente ao Procedimento Licitatório nº 008/2021, dispensa nº 007/2021.

Evidência: Avaliando o contrato nº 007/2021 verificou-se que o objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de Assessoria Técnica em Saúde junto às Secretarias Municipais de Saúde e aos programas da Atenção Primária a Saúde, média e alta complexidade e gestão do SUS, para atender as necessidades do CODANORTE.

A empresa que venceu o certame, procedimento licitatório nº 008/2021, dispensa nº 007/2021, é uma microempresa : S. S.F., 071XXX17696-ME, inscrita no CNPJ sob nº 33.876.XXX/0001-XX. A mesma venceu por ter apresentado menor preço para a prestação do serviço e ter apresentado toda a documentação exigida para a sua contratação.

O contrato estabelece em sua CLÁUSULA SEXTA os serviços que a empresa contratada deveria realizar : elaborar diagnóstico no âmbito das políticas públicas de saúde para análise da situação de saúde municipal, acompanhar e orientar os municípios quanto aos Programas de Saúde Pública, acompanhar e orientar quanto a execução financeira de recurso do SUS, acompanhar nos sistemas as propostas e projetos junto ao Ministério da Saúde, Fundo Nacional de Saúde e Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, visando a transferência de recursos financeiros da União e do Estado de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Minas Gerais mediante convênios, prestação de contas, contratos de repasses, termos de responsabilidade e instrumentos similares, apoiar tecnicamente os Municípios na elaboração de Planos Municipais de Saúde- PMS, Programação Anual de Saúde - PAS e Relatório Anual de Gestão - RAG, apoiar tecnicamente os Municípios na elaboração e execução de processos licitatórios na área da saúde visando a redução de custos e otimização dos recursos, auxiliar os municípios na elaboração de projetos técnicos para captação de recursos financeiros destinados a implantação de novos serviços e ou ampliação dos serviços existentes na rede consorciada e treinar e capacitar os profissionais das equipes de saúde da família, agentes comunitários de saúde, gerentes de unidades de saúde em gestão de saúde e ainda ministrar oficinas e capacitações para os Conselhos Municipais de Saúde.

Contudo, ao realizarmos Termo de Entrevista com a Sra. S.S.F., que configura como a titular da microempresa vencedora do certame e é a prestadora dos serviços junto ao CODANORTE, a mesma afirmou que exerce as atribuições enumeradas acima junto ao Consórcio : elaboração de pareceres técnicos, termos de referência de processos licitatórios para a área da saúde, acompanhamento de credenciamento de procedimentos assistenciais da saúde ofertados pelo CODANORTE aos municípios consorciados e que ainda acompanha desde a fase de agendamento, emissão de guias, contato com prestadores e gestores e seus respectivos pagamentos, elaboração de planos na área de gestão em saúde ambiental (PIGIRS), monitoramento do arcabouço legal do SUS (Portarias, resoluções, etc..) a fim de manter os municípios informados e que realiza estudos técnicos na área de saúde, promovendo atualizações aos municípios consorciados.

Portanto, a equipe de auditores observou que as funções enumeradas no quadro do contrato que descreve as atribuições da empresa contratada, são realizadas pela empresa.

Entretanto, apurou-se que a empresa faz agendamento de consultas e exames , emissão de guias, contato com prestadores de serviços e gestores de entidades de saúde,acompanhamento dos seus pagamentos, ou seja, atividades que não estavam previstas no contrato.

Constatação em desconformidade com a Lei nº 8.666/93, art.3º combinado com o art.66 § único.

Fonte da Evidência: - Contrato nº 007/2021 de 08/02/2021;
- Termo de Ratificação e Homologação do Procedimento Licitatório Nº 008/2021, dispensa nº 007/2021;
- Termo de Entrevista com a Sra. S.S.F. titular da empresa vencedora do certame, colhido em 26/10/2022 nas dependências do CODANORTE pela equipe de auditoria.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: O auditado por meio de e-mail eletrônico encaminhou documento denominado RESPOSTA AO OFÍCIO SES/AUDSUS nº 420, datado de 14/09/2023, assinado digitalmente pela Sra. N.P.S., procuradora jurídica, representante do CODANORTE se manifestou da seguinte forma : " A equipe de auditoria afirmou que a Microempresa S.S.F exerceu atividades de agendamentos de consultas e exames, emissão de guias, contato com prestadores de serviços dentre outras, sem contudo, estarem previstas no contrato, tendo como base a entrevista com a proprietária da empresa, página 10 do relatório. Ao observar a fala da entrevistada, ela relata que acompanha e não executa, descabendo qualquer penalidade, vejamos a fala : " e que ainda acompanha desde a fase de agendamento..." . Por se tratar apenas de um acompanhamento , entendemos que não há extrapolação de funções, e, com todo respeito é indevida a aplicação de penalidades, ainda que seja Advertência.

ainda nesta esteira, podemos afirmar que , o fato da contratada executar mais serviços que constam no seu contrato, não cria nenhum prejuízo aos municípios contratantes, sendo certo que, o contrário, ou seja, se a contratada estivesse executando menos do que o previsto no edital, seria sim, passível de penalização."

- A pessoa física responsável, E.R.F. não se manifestou em relação ao relatório preliminar de auditoria.

Análise da Justificativa: Analisando a manifestação da pessoa jurídica, a equipe concluiu que a justificativa do auditado baseia-se nas seguintes alegações : primeiramente que a empresa contratada, S.S.F., apenas acompanha os agendamentos e não os executa e que portanto não há extrapolação de funções por parte da empresa. Que o fato da contratada executar mais serviços que constam no seu contrato, não cria nenhum prejuízo aos municípios contratantes.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Entretanto, a equipe não considerou válidas as justificativas apresentadas pelo auditado, pois a questão não encontra-se centrada no fato da empresa contratada realizar apenas o acompanhamento e não a execução dos agendamentos de consultas e exames e nem mesmo que não causa prejuízo aos Municípios o fato da empresa contratada realizar mais serviços do que aqueles que constam no seu contrato e sim na obrigatoriedade explícita na Lei 8.666/93, que deve constar no contrato todas as atribuições da contratada e se isso não ocorre há o desvio do objeto do contrato.

Por fim, analisando a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentados elementos suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
CODANORTE	19.193.527/0001-08

Recomendação: Zelar pela regularidade da execução dos contratos que tenham como objeto ações de saúde, enumerando as atribuições e objetos contratados, conforme prevê a Lei nº 14.133/2021, art.11 combinado com o art.115, caput.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
CODANORTE	19 193.527/0001-08

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 661861

Subgrupo: Contrato

Item: Pagamento

Constatação: Irregularidade na forma de pagamento do contrato nº 007/2021 referente ao Procedimento Licitatório nº 008/2021, dispensa nº 007/2021.

Evidência: Avaliando a documentação apresentada pela CODANORTE corroborada por declaração através de entrevista da funcionária, I.R.M. que cumpre a função de elaborar e acompanhar procedimentos relacionados às licitações, compras e contabilidade, evidenciamos que os recursos financeiros que compuseram o caixa do Consórcio no ano de 2021 foram provenientes dos seguintes créditos : - créditos mensais no valor unitário de R\$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais) mensais por Município consorciado, sendo que estes valores são creditados na conta corrente : 40051-3, agência : 8062-4, Banco do Brasil referente ao custeio geral provenientes do contrato de rateio e é deste montante que são realizados os pagamentos das despesas de custeio do Consórcio como água, energia, aluguel, funcionários e outros e - créditos mensais no valor unitário de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais) por Município creditado na conta corrente : 5944-7, agência : 8062-4, Banco do Brasil referente aos contratos de programa, sendo que só os Municípios consorciados que optam por aderir aquele programa é que realizam esse crédito mensal. Esses programas são relacionados à engenharia, assessorias, licitações compartilhadas. Sendo que o montante referente a esses créditos são utilizados para viabilizar a implantação dos programas.

Avaliando os processos de pagamento formalizados pelo CODANORTE para a microempresa : S. S.F., 071XXX17696-ME, inscrita no CNPJ sob nº 33.876.XXX/0001-XX no ano de 2021 contratada para prestação de Assessoria Técnica em Saúde junto às Secretarias Municipais de Saúde e aos programas da Atenção Primária a Saúde, média e alta complexidade e gestão do SUS, verificou-se que as mesmas foram pagas com recursos financeiros provenientes da conta corrente : 5944-7, agência : 8062-4, Banco do Brasil, ou seja, não foi constituída uma conta corrente especial para movimentação dos recursos financeiros provenientes de receitas da saúde e a partir dela realizar seus pagamentos. Constatação em desconformidade com o que prevê a Lei Nº 8080/1990, art.33 e com a Lei Nº 11.107/2005, art.1º, §3º.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Fonte da Evidência: - Termo de Entrevista da funcionária : I.R.M. responsável pelo acompanhamento de processos relacionados as licitações, compras e contabilidade financeira do CODANORTE.

- Ordens de Pagamentos referente ao Empenho Nº 110/2021 de abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: O auditado por meio de e-mail eletrônico encaminhou documento denominado RESPOSTA AO OFÍCIO SES/AUDSUS nº 420, datado de 14/08/2023, assinado digitalmente pela Sra. N.P.S., procuradora jurídica, representante da CODANORTE, que se manifestou da seguinte forma : "A dicção do artigo 33 da Lei 8080/1990 deixa claro que os recursos do SUS devem ser depositados em conta especial do ENTE, no caso do Município e movimentado sob a fiscalização do Conselho de Saúde e já o § 3º do art.1º da Lei Federal nº 1107/2005, relata que os os consórcios públicos podem receber concessões, permissões ou autorização de obras e serviços. Como ficou evidenciado nas considerações iniciais, a auditoria já constatou que o CODANORTE não assumiu a execução de atribuições de natureza exclusiva da Gestão Municipal de seus entes consorciados, e sim foi contratado mediante processo próprio para prestação de serviços, que após a execução e devido processo legal contábil foi remunerado. Vejamos a página 5 do relatório : "Ressalta-se que em ambos os processos, não evidenciou-se que o CODANORTE tenha mesmo de forma incipiente e superficial, assumido a execução de atribuições de natureza exclusiva da Gestão Municipal de seus entes Consorciados. Se a CODANORTE para exercer a função típica de Gestão Municipal, não estará sujeito à abertura de conta especial para movimentação de recursos provenientes das receitas do SUS.

Deixamos claro que o Município contratante do CODANORTE é que tem a obrigação de abrir conta específica para os recursos financeiros do SUS e movimentá-las sob fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde, e que provavelmente tenha sido dessas contas específicas que o Município efetuou os pagamentos pelos serviços prestados pelo CODANORTE.

Ressaltamos que, embora os serviços prestados aos Municípios por terceiros, os contratos foram formalizados com o CODANORTE com base em contratos programa.

Assim, "data venia", deixamos claro que o CODANORTE não descumpriu nenhuma legislação e portanto não está sujeito a qualquer penalidade, ainda que seja de Advertência.

- A pessoa física responsabilizável, E.R.F. não se manifestou em relação ao relatório preliminar de auditoria.

Análise da Justificativa: - Analisando a manifestação da pessoa jurídica, CODANORTE, a equipe concluiu que a justificativa do auditado baseia-se na alegação de que não tem a obrigação de "abrir conta específica para os recursos financeiros do SUS e de movimentá-las sob fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde" e que essa obrigação é do município contratante. Alega ainda que a própria auditoria "já constatou que o CODANORTE não assumiu a execução de atribuições de natureza exclusiva da Gestão Municipal de seus entes consorciados". E, por fim, a defesa do CODANORTE conclui que, não exercendo a função típica de gestão municipal, não estaria sujeito a cumprir o disposto no caput do art.33 da Lei nº 8.080/1990.

Cabe, contudo, esclarecer que, ao constatar que o CODANORTE não executa atribuições de natureza exclusiva da gestão municipal (constatação nº 658296), o relatório de auditoria está apenas indicando que o CODANORTE não invadiu competência exclusiva do ente municipal. Se assim, o fizesse a constatação nº 658296 também seria não conforme. Ademais, competência exclusiva é diferente de competência típica - coincidência de conceitos que a defesa sugeriu, mas que não pode sustentar. Não por menos, o protocolo de intenções, que é requisito para constituição do consórcio público (vide Lei nº 11.107/2005, art.3º), deve constar "autorização para a gestão associada de serviços públicos", explicitando, dentre outros pontos, "as competências cujo exercício se transferiu ao consórcio público" (vide Lei nº 11.107/2005, art.4º, XI, "a"). Vê-se, portanto, que os entes consorciados transferem parcela de competências ao consórcio público.

Além disso, cabe ainda reforçar que a obrigação de manter conta especial para depósito de recursos do SUS, com movimentação sob fiscalização dos Conselhos de Saúde (vide Lei nº 8080/1990, art.33, caput) decorre da própria Lei nº 11.107/2005 que, ao dispor sobre as normas gerais de contratação de consórcios públicos, determinou que "os consórcios públicos na área de saúde, deverão obedecer aos princípios, diretrizes e



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



normas que regulam o Sistema Único de Saúde- SUS (vide Lei nº 11.107/2005, art.1º, XI, § 3º).

Assim, considerando-se que o CODANORTE recebe/recebeu recursos públicos do SUS dos seus entes consorciados, para efetivar pagamentos de prestação de serviços para saúde, deveria ter conta específica para movimentar esses recursos, que não deverão e não poderão ser movimentados juntamente com recursos de outras áreas de atuação do Consórcio.

Por fim, analisando a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentados elementos suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
CODANORTE	19.193.527/0001-08

Recomendação: Movimentar os recursos oriundos do SUS e realizar os pagamentos relacionados aos processos de credenciamento que tenham como finalidade ações de saúde através de conta especial para facilitar e permitir a avaliação e fiscalização dos órgãos de controle conforme dispõe a Lei Nº 8080/1990, art.33 combinado com a Lei Nº 11.107/2005, art.1º, §3º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
CODANORTE	19 193.527/0001-08

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 661864

Subgrupo: Contrato

Item: Recebimento de Recurso Financeiro

Constatação: O CODANORTE possui contratos de rateio vigentes e realiza a cobrança dos Municípios consorciados referente as suas obrigações financeiras.

Evidência: Avaliando a documentação apresentada apurou-se que o CODANORTE no período auditado possuía os seguintes Municípios consorciados : Augusto de Lima, Bocaiuva, Bonito de Minas, Botumirim, Brasília de Minas, Buenópolis, Buritizeiro, Campo Azul, Capitão Enéas, Catuti, Claro dos Poções, Cônego Marinho, Coração de Jesus, Cristália, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Francisco Sá, Fruta de Leite, Glaucilândia, Grão Mogol, Guaraciama, Ibiaí, Ibiracatu, Icarai de Minas, Itacambira, Itaobim, Jaíba, Januária, Japonvar, Jequitaiá, Joaquim Felício, Josenópolis, Juramento, Juvenília, Lagoa dos Patos, Lassance, Lontra, Luislândia, Manga, Matias Cardoso, Mirabela, Miravânia, Montalvânia, Monte Azul, Montes Claros, Olhos D'Água, Padre Carvalho, Patis, Pedras de Maria da Cruz, Pirapora, Ponto Chique, São Francisco, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João das Missões, São João do Pacuí, São Romão, Ubaí, Várzea da Palma e Varzelândia e que todos possuíam contrato de rateio vigentes.

Verificou-se também que a administração do Consórcio realiza reiteradas cobranças aos Municípios que porventura estejam inadimplentes com suas obrigações financeiras decorrentes dos contratos de rateio.

Constatação em conformidade com o que prevê a lei Nº 8.666/93, no seu art.57 e a Lei Nº 11.107/2005, § 3º, art.8º.

Fonte da Evidência: - Termo Aditivo do Contrato do CODANORTE datado de fevereiro de 2021.

- Contratos de Rateio de 2021/2022 dos Municípios associados ao CODANORTE.

- Ata de Assembleia Geral Extraordinária do CODANORTE datada de 13/07/2021

- 38 e-mails de cobrança disparados para os Municípios inadimplentes no intervalo de janeiro de 2021 a setembro



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



de 2022

- 12 Ofícios circulares de cobrança aos Municípios consorciados no intervalo de janeiro de 2021 a setembro de 2022.

Conformidade: Conforme

Grupo: Consórcio

Constatação Nº: 658305

Subgrupo: Municipal

Item: Organização

Constatação: Os serviços de saúde contratados pelo CODANORTE não estão sendo fornecidos em duplicidade com o CISNORTE para os seus entes consorciados.

Evidência: O Consórcio Intermunicipal de Saúde Norte de Minas (CISNORTE) - Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede Administrativa na Rod. MG 202 nº 1165 - Bairro Vale Verde I - CEP: 39.330-000 - Brasília de Minas-MG, inscrito no CNPJ nº xx.905.xxx/0001-xx possui como entes consorciados os seguintes municípios: BRASÍLIA DE MINAS, CAMPO AZUL, IBIRACATU, ICARAÍ DE MINAS, JAPOVAR, LONTRA, LUISLÂNDIA, MIRABELA, PATIS, PINTÓPOLIS, SÃO FRANCISCO, SÃO JOÃO DA PONTE, SÃO ROMÃO, UBAÍ, VARZELÂNDIA, sendo que destes apenas 01 (um) não faz parte do CODANORTE (Pintópolis).

Em diligências e análise documental referentes ao CISNORTE e CODANORTE, bem como pesquisas nos sítios eletrônicos dos dois entes públicos, foi possível elucidar e consolidar todos os procedimentos realizados para a contratação de serviços de saúde para os entes consorciados nos anos de 2021 e 2022.

O CODANORTE realizou os seguintes procedimentos:

1 - ASSESSORIA e CONSULTORIA - Visando, entre outros objetos, o credenciamento de pessoas jurídicas para integrar cadastro de prestadores de serviços técnicos especializados na prestação de serviços de assessoria e consultoria na gestão da atenção primária da saúde para atender aos municípios consorciados ao CODANORTE.

A) Ano 2021: Procedimento licitatório nº 022/2021 - Edital 007/2021 - Inexigibilidade 003/2021 - Municípios que aderiram e formalizaram contrato: Botumirim, Cônego Marinho, Francisco Dumont, Icarai de Minas, Pedras de Maria da Cruz e Ubaí.

B) Ano 2022: Procedimento licitatório nº 055/2022 - Edital 037/2022 - Inexigibilidade 002/2022 - Municípios que aderiram e formalizaram contrato: Botumirim, Cônego Marinho, Francisco Dumont, Icarai de Minas, Mirabela, Patís, Pedras de Maria da Cruz e Ubaí.

2 - CONSULTAS, PROCEDIMENTOS MÉDICOS e EXAMES - Visando o Credenciamento de empresas para prestação de serviços de consultas, procedimentos médicos e exames de alta, média e baixa complexidade, para integrar o Cadastro de Prestadores de Serviços do CODANORTE:

A) Ano 2021: Procedimento Licitatório nº 023/2021 - Edital 008/2021 - Inexigibilidade 004/2021 - Municípios que aderiram e formalizaram contrato: Botumirim, Buenópolis e Francisco Sá

B) Ano 2022: Procedimento licitatório nº 060/2022 - Edital 041/2022 - Inexigibilidade 004/2022 - Municípios que aderiram e formalizaram contrato: Botumirim, Buenópolis e Francisco Sá.

O CISNORTE não realizou nenhum procedimento nos anos de 2021 e 2022 para contratação de serviços de 1 - ASSESSORIA e CONSULTORIA e realizou os seguintes procedimentos para 2 - CONTRATAÇÃO de EXAMES, CONSULTAS e PROCEDIMENTOS visando o credenciamento de pessoas jurídicas para realização de consultas, exames, cirurgias e procedimentos médicos hospitalares e ambulatoriais e serviços odontológicos especializados aos entes consorciados:

Ano 2021: Procedimento licitatório nº 009/2021 - Edital 003/2021 - Inexigibilidade 001/2021.

Ano 2022: Procedimento licitatório nº 008/2022 - Edital 004/2022 - Inexigibilidade 001/2022 e Procedimento licitatório nº 017/2022 - Edital 006/2022 - Inexigibilidade 002/2022.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Ocorre que nenhum dos 03 (três) municípios que formalizaram contrato para aquisição de serviços de consultas, exames e procedimentos médicos com o CODANORTE (Botumirim, Buenópolis e Francisco Sá) fazem parte do CISNORTE.

Portanto, não há evidências de contratação em duplicidade de serviços de saúde entre os dois Consórcios (CODANORTE e CISNORTE) para disponibilização aos seus entes consorciados.

Tais fatos estão de acordo com Lei 14133/2021 - Art. 169 - § 1º; Lei 8080/90 - Art. 7º caput e Inc. XIII e Constituição Federal 1988 - Art. 37 Caput.

Fonte da Evidência: - Estatuto Social do CODANORTE.

- Contratos de Rateio do CODANORTE com os entes consorciados.
- Editais publicados pelo CODANORTE para contratação de serviços de saúde para os entes consorciados no período de abrangência da auditoria.
- Contratos Celebrados entre o CODANORTE e as empresas contratadas no período de abrangência da auditoria, para prestação de serviços de saúde aos entes consorciados.
- Contratos de Programa celebrados entre o CODANORTE e os entes consorciados para prestação de serviços de saúde.
- Relatório de Receitas de Pagamento de Assessorias pelos entes Consorciados ao CODANORTE.
- Relatório de Receitas de Pagamento de Consultas, Exames e Procedimentos pelos entes Consorciados ao CODANORTE.
- Relatório de Receitas de Pagamento de Rateio pelos entes Consorciados ao CODANORTE.
- Sítios Eletrônicos do CODANORTE (<http://www.codanorte.mg.gov.br>) e do CISNORTE (<http://cisnorte.com.br/>).
- Lista de Procedimentos Licitatórios do CISNORTE para contratação de serviços de saúde para os entes consorciados no período de abrangência da auditoria.
- Editais publicados pelo CISNORTE para contratação de serviços de saúde para os entes consorciados no período de abrangência da auditoria.

Conformidade: Conforme

VI - RESULTADO DA DENÚNCIA

Fato: Irregularidades no Procedimento Licitatório nº 008/2021. Dispensa nº 007/2021, adotado pelo CODANORTE.

Tipo: Gestão - Assistência

Demanda Nº: 125540

Fato: Irregularidades no Procedimento Licitatório nº 022/2021, Inexigibilidade nº 003/2021, Credenciamento nº 002/2021, Edital nº 007/2021, adotado pelo CODANORTE.

Tipo: Gestão - Assistência

Demanda Nº: 125540

Fato: Irregularidades nos instrumentos jurídicos firmados decorrentes dos procedimentos Licitatórios nº 022/2021 e 008/2021.

Tipo: Gestão - Assistência

Demanda Nº: 125540

Fato: Existência de serviços contratados pelo CODANORTE já contemplados em contratação realizada pelo CISNORTE.

Tipo: Gestão - Assistência

Demanda Nº: 125540

Fato: Duplicidade de contratação pelo CODANORTE de serviços já contratados pelos entes consorciados, notadamente no que tange à contratação de serviços de assessoria e consultoria técnica na área da saúde.

Tipo: Gestão - Assistência

Demanda Nº: 125540

Fato: Contratação de empresas para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria na gestão da atenção primária à saúde pelo CODANORTE, assumindo neste caso ações de gestão e responsabilidade exclusiva dos entes consorciados, contrariando norma vigente.

Tipo: Gestão - Assistência

Demanda Nº: 125540

Fato: Dificuldades do CODANORTE em arcar com as despesas previstas no Edital nº 007/2021 e Dispensa nº 007/2021 considerando o número de municípios inadimplentes.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Tipo: Gestão - Assistência

Demanda Nº: 125540

VII - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 10/07/2023

Ofício Nº: 4202023

Data: 10/07/2023

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Jurídica E. R. F. Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas - CODANORTE

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 10/07/2023

Ofício Nº: 4212023

Data: 10/07/2023

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:
------	-------	--------	---------	----------

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Física

VIII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Foram enviados: - Ofício SES/AUDSUS Nº 420/2023 para conhecimento e manifestação da pessoa jurídica, o qual foi recebido em 17/07/2023, conforme AR Nº BN 02371612 5 BR;

- Ofício SES/AUDSUS Nº 421/2023 para conhecimento e manifestação da pessoa física responsável, o qual foi recebido em 18/07/2023, conforme AR Nº BN 02371611 1 BR.

Em 14/08/2023 através de documento formal a procuradora jurídica do CODANORTE, N.P.S. solicita prorrogação de prazo para manifestação. A Equipe em 15/08/2023 através de e-mail acata a solicitação e concede a dilação do prazo até o dia 17/09/2023. De forma tempestiva, em 14/09/2023, o CODANORTE (pessoa jurídica) apresenta manifestação em relação ao relatório preliminar. A partir da análise da manifestação do auditado a Equipe elaborou o relatório final.

IX - CONCLUSÃO

Resultado da Denúncia

1) Fato :Contratação de empresas para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria na gestão da atenção primária à saúde pelo CODANORTE, assumindo neste caso ações de gestão e responsabilidade exclusiva dos entes consorciados, contrariando norma vigente.

Tipo : Gestão- Assistência

Apuração : 25/10/2022 a 28/10/2022

Procede : Não



Resultado : A equipe de auditoria constatou que , no período de abrangência da auditoria, o CODANORTE não executou atribuições de natureza exclusiva da gestão municipal de seus entes consorciados, conforme detalhado na constatação nº 658296.

2) Fato : Duplicidade de contratação pelo CODANORTE de serviços já contratados pelos entes consorciados, notadamente, no que tange a contratação de serviços de assessoria e consultoria técnica na área da saúde.

Tipo : Gestão- Assistência

Apuração : 25/10/2022 a 28/10/2022

Procede : Não

Resultado : A equipe de auditoria constatou que , no período de abrangência da auditoria, o CODANORTE não realizou contratação de serviços de saúde em duplicidade com os entes consorciados, conforme detalhado na constatação nº 658297.

3) Fato : Existência de serviços contratados pelo CODANORTE já contemplados em contratação realizada pelo CISONORTE.

Tipo : Gestão- Assistência

Apuração : 25/10/2022 a 28/10/2022

Procede : Não

Resultado : A equipe de auditoria constatou que , no período de abrangência da auditoria, o CODANORTE não realizou contratação de serviços em saúde em duplicidade com o CISONORTE, conforme detalhado na constatação :658305.

4) Fato : Irregularidades no procedimento licitatório nº 022/2021, inexigibilidade nº03/2021, credenciamento nº 002/21, edital nº0007/2021, adotado pelo CODANORTE

Tipo : Gestão- Assistência

Apuração : 25/10/2022 a 28/10/2022

Procede : Não

Resultado : A equipe de auditoria constatou que no período de abrangência da auditoria o CODANORTE não cometeu irregularidade no procedimento licitatório nº 022/2022, conforme detalhado na constatação nº 659894

5) Fato : Irregularidades no procedimento licitatório nº 008/2021, dispensa nº 007/2021, adotado pelo CODANORTE.

Tipo : Gestão- Assistência

Apuração : 25/10/2022 a 28/10/2022

Procede : Não.

Resultado : A equipe de auditoria constatou que no período de abrangência da auditoria o CODANORTE não cometeu irregularidade no procedimento licitatório nº 008/2021, conforme detalhado na constatação nº 660331

6) Fato : Irregularidades nos instrumento jurídicos firmados decorrentes dos procedimentos licitatórios nº 022/2021 e nº 008/2021.

Tipo : Gestão- Assistência

Apuração : 25/10/2022 a 28/10/2022

Procede : Sim.

Resultado : A equipe de auditoria constatou que no período de abrangência da auditoria o CODANORTE cometeu irregularidade na execução do contrato nº 007/2021 relacionado ao procedimento licitatório nº 008/2021, conforme detalhado na constatação nº 661817



7) Fato : Dificuldade do CODANORTE em arcar com as despesas previstas no edital nº 007/2021 e dispensa nº 007/2021, considerando o número de Municípios inadimplentes.

Tipo : Gestão- Assistência

Apuração : 25/10/2022 a 28/10/2022

Procede : Não.

Resultado : A equipe de auditoria constatou que no período de abrangência da auditoria não houve dificuldade do CODANORTE em arcar com suas despesas, pois ele faz a cobrança dos Municípios consorciados que estiverem inadimplentes, conforme detalhado na constataçã nº 661864

O CODANORTE tem sede física no Município de Montes Claros e foi criado em 2013, inicialmente pela associação de 34 Municípios.

Atualmente conta com 61 Municípios consorciados das regiões Norte, Central de Minas e Vale do Jequitinhonha. Atua nas seguintes áreas técnicas: assistência social, meio ambiente, saúde, cultura, urbanismo, esporte e educação.

Em relação à saúde, o Consórcio oferece: elaboração de diagnóstico no âmbito das políticas públicas de saúde, acompanhamento e orientação quanto a execução financeira dos recursos do SUS, apoio técnico na elaboração do Plano Municipal de Saúde (PMS), Programação Anual de Saúde (PAS) e Relatório Anual de Gestão (RAG), além de intermediar a oferta de consultas especializadas e exames de apoio diagnóstico para os Municípios associados.

Foram identificadas inconformidades no Consórcio, destacando-se irregularidade na forma de pagamento das empresas contratadas para prestação de assessoria técnica em saúde junto às Secretarias Municipais de Saúde dos municípios consorciados, proveniente de processo licitatório referente a modalidade de dispensa nº 007/2021 e também do processo licitatório referente inexigibilidade nº 003/2021 para cadastro de empresas prestadoras de serviços de assessoria e consultoria na gestão de atenção primária à saúde.

Apurou-se também irregularidade na execução do contrato nº 007/2021 referente ao processo licitatório nº 008/2021, dispensa nº 007/2021, quando a empresa contratada realiza atividades que não estavam previstas no quadro de contrato.

As justificativas apresentadas pelo Consórcio não apresentaram elementos suficientes para afastar a inconformidade e por essa razão foram emitidas recomendações para cada constatação não conforme, que deverão ser implementadas, de acordo com as legislações vigentes.

ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamentos do Relatório Final da atividade para conhecimento e oportunidade de interposição em 2º instância :

1- Ofício de aplicação de penalidade ao CODANORTE (pessoa jurídica)

2- Ofício de notificação do relatório final ao Senhor, E.R.F. (pessoa física)

Transcorridas todas as fases e comunicados dos resultados finais do processo administrativo, poderá ser dada ciência, conforme o caso:

1- À Superintendência Regional de Saúde de Montes Claros.

2- Aos Municípios consorciados que participaram dos processos avaliados pela auditoria.